

Empresas querem definir regulação para o clima

Programa coordenado pela FGV reunirá companhias que já desenvolvem iniciativas na área de mudanças climáticas

Lucas Frasão
ESPECIAL PARA O ESTADO

Uma plataforma brasileira para discutir maneiras de colaborar com a construção da economia de baixo carbono e estabelecer marcos regulatórios que definirão os próximos passos no processo de adaptação às mudanças climáticas.

Essa é a premissa do Programa Empresas pelo Clima, que será lançado nacionalmente no fim do próximo mês. Até lá, faltarão pouco mais de 60 dias para a Convenção de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), que será realizada em dezembro, em Copenhague, na Dinamarca, para discutir o acordo internacional que substituirá o Protocolo de Kyoto, de 1992.

Coordenado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, o programa ainda está em fase final de estruturação e deverá contar com a atuação de empresas que já participam do Programa Brasileiro GHG Protocol, como a Natura, a Petrobrás, a Votorantim e a Camargo Corrêa.

A ideia é reunir instituições que já desenvolvam iniciativas na área de mudanças climáticas ou que sejam grandes emissoras de gases do efeito estufa. Um grupo de 30 membros representará os setores de agonegócios, energia, florestas, indústria, serviços e transportes, na tentativa de instaurar no Brasil um movimento em prol da economia de baixo carbono, tema considerado fundamental para empresas sustentáveis em termos de competitividade.

‘Neste momento não pode haver passividade’, afirma Campos

A criação do programa é um marco importante sob o ponto de vista da adaptação da iniciativa privada para estimular mudanças adequadas à nova realidade ambiental e econômica, que reclama por maior aproveitamento e utilização correta de recursos naturais. “O setor privado não estava atento às questões de mudanças climáticas, e

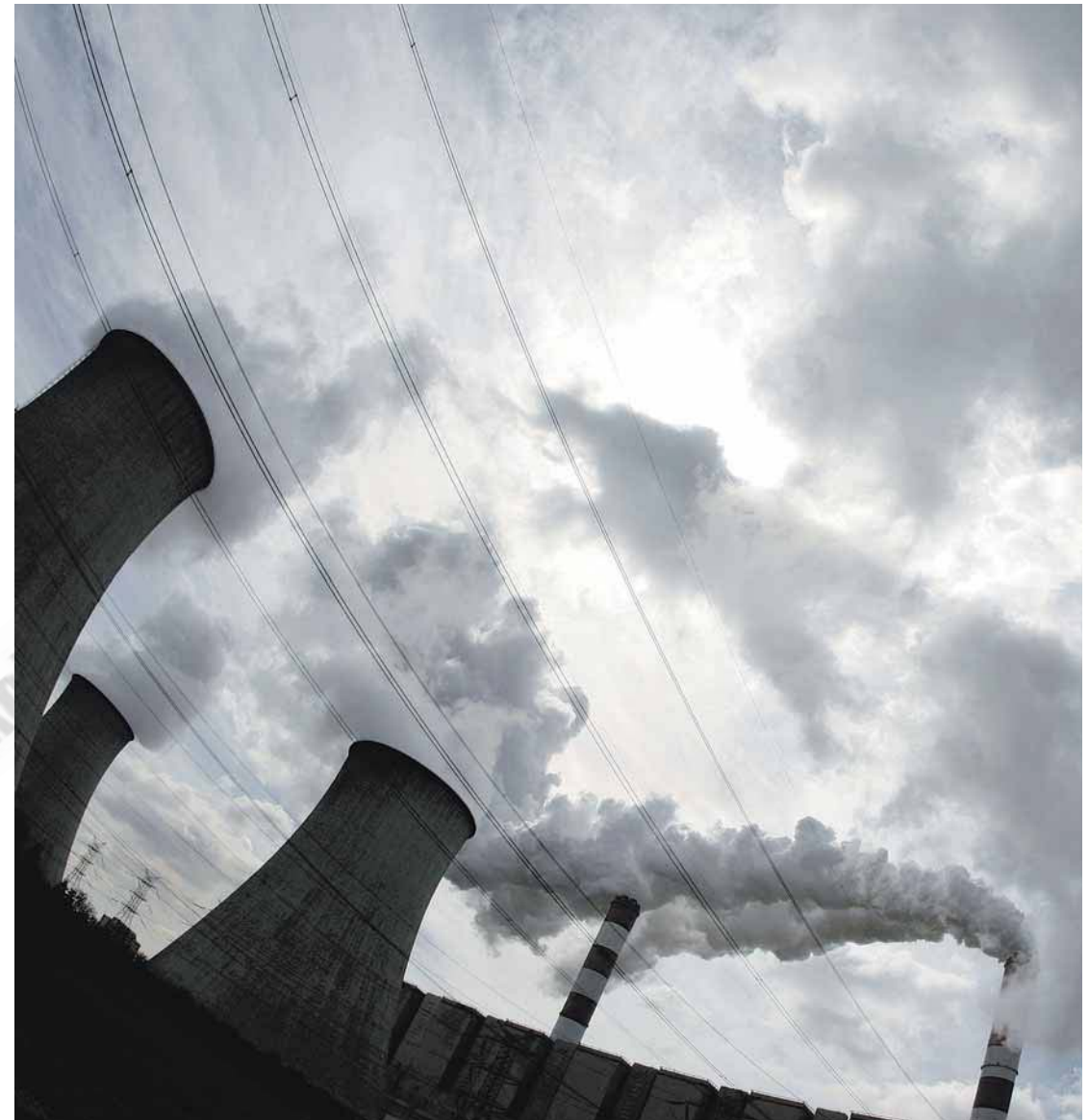
tornou-se necessário ter um posicionamento político em relação ao tema. O governo negocia, mas não sabe como será o plano para definir reduções”, explica Juarez Campos, coordenador de Sustentabilidade Global do centro de estudos da FGV e um dos responsáveis pela implementação do Programa Empresas pelo Clima.

“Vivemos tempos de mudanças. Até 1995, o bagaço da cana era um problema para a indústria, mas desenvolvemos tecnologia para transformá-lo em energia. Muitas empresas estão se preocupando com questões de eficiência energética. E quem não faz reúso de água está sendo um mau gestor”, diz.

AÇÕES

Uma das propostas iniciais do projeto é concentrar na elaboração de inventários de gases de efeito estufa, documentos que servirão como um raio X para as empresas perceberem os melhores caminhos de atuação.

De acordo com Campos, a metodologia brasileira para criar esses balanços ainda está sendo construída, ao contrário de algumas nações que já discu-



FUMAÇA – Setor privado não estava atento às mudanças climáticas, mas atitude começa a mudar

tem a questão há pelo menos dez anos. Mas é o primeiro passo para se pensar em ações coletivas.

“A FGV recebe consultas de empresas que relatam a pressão de agentes estrangeiros, principalmente do Japão e da Europa, por iniciativas de baixa emissão de carbono”, conta Campos. “Neste momento não pode haver passividade das empresas.” ●

PROTOCOLO DE KYOTO

- Acordo que resultou da Convenção da ONU, em 1997, em Kyoto. Os países concordaram em **reduzir**, até **2012**, as emissões de gases em **5,2%** em relação a 1990
- Os valores de redução não foram homogêneos. **Países em desenvolvimento**, como o Brasil e Índia, **não receberam metas**

- Entrou em vigor em **2005**, quando a maior parte o ratificou
- Em **2007**, novo acordo começou a ser desenhado em **Bali**, para substituir Kyoto após 2012
- Em **2009**, a ONU acelerou negociações sobre o acordo, antes da reunião decisiva, em dezembro